

PAULO CEZAR DA SILVA
Mestre em Direito na UEM - Universidade Estadual de Maringá
Professor de Direito Penal e Processo Penal
Delegado de Polícia no Paraná

CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL
aspectos penais e processuais da lei nº 7.492/86

Editora Quartier Latin do Brasil

São Paulo, inverno de 2006



Localização: 343:33(81)

S586c

Código de barras: STJ00065958

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Silva, Paulo Cezar da. Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional - São Paulo: Quartier Latin, 2006.

1. Direito Penal. I. Título

ISBN: 85-7674-161-X

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
PARTE I-SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	17
1. Considerações Gerais	17
2. Definição	20
3. Objetivos	21
4. Composição	23
5. Instituições Financeiras	28
5.1. Conceito	28
5.2. Funções	32
PARTE II - PRESSUPOSTOS JUSTIFICADORES DA TUTELA PENAL	35
1. Enfoque Constitucional	35
2. Legitimidade da Intervenção Penal	44
3. Limites à Intervenção Penal	50
PARTE III - ESTRUTURA GERAL DOS TIPOS PENAIS DA LEI N. 7.492/86	61
1. Bem Jurídico	61
2. Sujeitos do Crime	67
2.1. Sujeito ativo	67
2.2. Penalmente responsáveis	69
2.3. Concurso de pessoas	72
2.4. Sujeito passivo	77
3. Delação Premiada	78
4. Responsabilidade Penal Objetiva e Punição da Pessoa Jurídica	79
5. Tipo Objetivo	82
5.1. Construção típica	82
5.2. Objeto material	83
5.3. Elementos normativos	84
6. Tipo Subjetivo	85
7. Crime Culposos contra o Sistema Financeiro Nacional	88
8. Crime Tentado, Consumado e Exaurido	89
9. Resultado de Dano e de Perigo	90
10. Crimes Instantâneos, Habituais e Permanentes	94
11. Crimes Materiais, Formais e de Mera Atividade	97
PARTE IV - TIPOS PENAIS	100
1. Artigo 2º - Irregular Fabricação ou Circulação de Título ou Valor	

Localização: 343:33(81)

S586c

Código de barras: STJ00065958

Mobiliário 201	100
1.1. Objeto jurídico	100
1.2. Sujeitos do crime	101
1.3 Tipo objetivo	101
1.3.1 Condutas	101
1.3.2 Objeto material	102
1.3.3 Elemento normativo	102
1.4. Tipo subjetivo	103
1.5. Classificação doutrinária	103
1.6. Parágrafo único	104
1.6.1. Condutas, consumação e tentativa	104
1.6.2. Elemento normativo	104
1.6.3. Objeto material	105
1.6.4. Tipo subjetivo	105
2. Artigo 3o - Divulgação de Informação Falsa	105
2.1. Objeto jurídico	105
2.2. Sujeitos do crime	106
2.3. Tipo objetivo	106
2.3.1. Condutas	106
2.3.2. Elementos normativos	106
2.3.3. Objeto material	108
2.4.Tipo subjetivo	108
2.5. Consumação e tentativa	108
2.6 Decisões judiciais	109
3. Artigo 4º - Gestão Fraudulenta e Temerária	110
3.1. Bem jurídico	110
3.2 Sujeitos do crime	111
3.2.1 Sujeito ativo	111
3.2.2. Sujeito passivo	115
3.3 Tipo objetivo	115
3.3.1. Conduta	115
3.3.2. Inconstitucionalidade do artigo 4º	116
3.3.3. Gestão fraudulenta	117
3.3.4. Gestão temerária	118
3.3.5. Elemento normativo	120
3.3.6. Objeto material	121
3.4. Tipo subjetivo	122
3.4.1. Dolo	122
3.4.2. Elemento subjetivo do tipo	123
3.5. Consumação e tentativa	126
3.5.1. Consumação	126
3.5.2. Tentativa	128

3.6. Concurso de crimes	130
3.7. Concurso aparente de leis	131
3.8. Classificação	133
3.9. Decisões judiciais	133
3.9.1. Gestão temerária	133
3.9.2. Gestão fraudulenta	141
4. Artigo 5º - Apropriação ou Desvio de Bens Móveis e Transação Desautorizada	148
4.1. Objeto jurídico	149
4.2. Sujeitos do crime	149
4.2.1. Sujeito passivo	149
4.2.2. Sujeito ativo	149
4.3 Tipo objetivo	150
4.3.1. Condutas	150
4.3.2. Elementos normativos	150
4.3.3 Objeto material	152
4.4. Tipo subjetivo	152
4.5. Consumação e tentativa	152
4.6. Classificação doutrinária	153
4.7. Parágrafo único	153
4.7.1. Tipo objetivo	153
4.7.2. Consumação e tentativa	154
4.7.3. Tipo subjetivo	154
4.7.4. Classificação doutrinária	154
4.8. Decisões judiciais	154
5. Artigo 6º - Omitir Informação ou Prestá-la Falsamente	157
5.1. Objeto jurídico	158
5.2. Sujeitos do crime	158
5.3. Tipo objetivo	159
5.3.1. Condutas	159
5.3.2. Elemento normativo	159
5.3.3. Objeto material	161
5.4. Tipo subjetivo	161
5.5. Consumação e tentativa	161
5.6. Classificação doutrinária	161
5.7. Decisões judiciais	162
6. Artigo 7º - Títulos ou Valores Mobiliários Falsos	164
6.1. Objeto jurídico	165
6.2. Sujeitos do crime	165
6.3. Tipo objetivo	165
6.3.1. Condutas	165
6.3.2. Objeto material	166
6.3.3. Elementos normativos	166

6.4. Tipo subjetivo	166
6.5. Consumação e tentativa	167
6.6. Classificação doutrinária	167
6.7. Decisões judiciais	167
7. Artigo 8º - Remuneração sobre Operação de Crédito ou de Seguro	169
7.1. Objeto jurídico	169
7.2. Sujeitos do crime	169
7.3. Tipo objetivo	170
7.3.1. Conduta	170
7.3.2. Objeto material	170
7.3.3. Elementos normativos	170
7.4. Tipo subjetivo	171
7.5. Consumação e tentativa	171
7.6. Classificação doutrinária	171
7.7. Decisão judicial	171
8. Artigo 9º - Fraude à Fiscalização ou a Investidor	171
8.1. Objeto jurídico	172
8.2. Sujeitos do crime	172
8.3 Tipo objetivo	172
8.3.1 Condutas	172
8.3.2. Objeto material	473
8.4. Tipo subjetivo	173
8.5. Consumação e tentativa	173
8.6. Classificação doutrinária	173
9. Artigo 10 - Irregularidades na Contabilidade	174
9.1. Objeto jurídico	174
9.2. Sujeitos do crime	174
9.3. Tipo objetivo	174
9.3.1. Condutas	174
9.3.2. Elementos normativos	175
9.3.3. Objetos materiais	175
9.4. Tipo subjetivo	175
9.5. Consumação e tentativa	176
9.6. Classificação doutrinária	176
9.7. Decisões judiciais	176
10. Artigo 11 - Contabilidade Paralela	177
10.1. Objeto jurídico	177
10.2. Sujeitos do crime	178
10.3. Tipo objetivo	178
10.3.1. Condutas	178
10.3.2. Elementos normativos	178
10.3.3. Objeto material	179

10.4 Tipo subjetivo	179
10.5. Consumação e tentativa	179
10.6. Classificação doutrinária	180
11. Artigo 12 - Omissão de Informações	180
11.1. Objeto jurídico	180
11.2. Sujeitos do crime	180
11.3. Tipo objetivo	181
11.3.1 Conduta	181
11.3.2. Elementos normativos	181
11.3.3. Objeto material	182
11.4. Tipo subjetivo	182
11.5. Consumação e tentativa	182
11.6. Classificação doutrinária	182
12. Artigo 13 - Desvio de bens indisponíveis	183
12.1. Objeto jurídico	183
12.2. Sujeitos do crime	183
12.3. Tipo objetivo	184
12.3.1. Condutas .	184
12.3.2. Elementos normativos	184
12.3.3. Objeto material	184
12.4. Tipo subjetivo	185
12.5. Consumação e tentativa	185
12.6. Classificação doutrinária	185
12.7. Decisões Judiciais	185
13. Artigo 14 - Declaração de Crédito ou Reclamação Falsa	187
13.1. Objeto jurídico	187
13.2. Sujeitos do crime	188
13.3. Tipo objetivo	188
13.3.1. Condutas	188
13.3.2 Elementos normativos	188
13.3.3. Objeto material	189
13.4. Tipo subjetivo	189
13.5. Consumação e tentativa	189
13.6. Classificação doutrinária	189
14. Artigo 15 - Informações Falsas	190
14.1. Objeto jurídico	190
14.2. Sujeitos do crime	190
14.3. Tipo objetivo	190
14.3.1. Conduta	190
14.3.2. Elementos normativos	191
14.3.3. Objeto material	191

14.4. Tipo subjetivo	191
14.5. Consumação e tentativa	191
14.6. Classificação doutrinária	191
15. Artigo 16 - Instituição financeira não autorizada	192
15.1. Objeto jurídico	192
15.2. Sujeitos do crime	192
15.3. Tipo objetivo	192
15.3.1. Conduta	192
15.3.2. Elementos normativos	193
15.3.3. Objeto material	193
15.4. Tipo subjetivo	193
15.5. Consumação e tentativa	194
15.6. Classificação doutrinária	194
15.7. Decisões Judiciais	195
16. Artigo 17 - Empréstimos Vedados	203
16.1. Objeto jurídico	204
16.2. Sujeitos do crime	204
16.3. Tipo objetivo	204
16.3.1. Condutas	204
16.3.2. Elementos normativos	205
16.3.3. Objeto material	205
16.4. Tipo subjetivo	205
16.5. Consumação e tentativa	205
16.6. Classificação doutrinária	205
16.7. Decisões Judiciais	205
17. Artigo 18 - Violação de Sigilo de Serviço ou Operação Financeira	210
17.1. Objeto jurídico	210
17.2. Sujeitos do crime	210
17.3. Tipo objetivo	211
17.3.1. Conduta	211
17.3.2. Elementos normativos	211
17.3.3. Objeto material	211
17.4. Tipo subjetivo	211
17.5. Consumação e tentativa	211
17.6. Classificação doutrinária	211
17.7. Decisão judicial	212
18. Artigo 19 - Obter Mediante Fraude Financiamento	212
18.1. Objeto jurídico	213
18.2. Sujeitos do crime	213
18.3. Tipo objetivo	213
18.3.1. Conduta	213
18.3.2. Elementos normativos	213
18.3.3. Objeto material	214

18.4. Tipo subjetivo	214
18.5. Consumação e tentativa	214
18.6. Classificação doutrinária	215
18.7. Decisões judiciais	215
19. Artigo 20 - Desvio de Finalidade em Financiamento	221
19.1. Objeto jurídico	221
19.2. Sujeitos do crime	221
19.3 Tipo objetivo	221
19.3.1 Conduta	221
19.3.2 Elementos normativos	222
19.3.3. Objeto material	222
19.4. Tipo subjetivo	223
19.5. Consumação e tentativa	223
19.6. Classificação doutrinária	223
19.7 Decisões judiciais	223
20. Artigo 21 - Falsa Identidade para Realização de Operação de Câmbio	227
20.1. Objeto jurídico	227
20.2. Sujeitos do crime	227
20.3. Tipo objetivo	228
20.3.1. Condutas	228
20.3.2. Elementos normativos	228
20.3.3. Objeto material	229
20.4 Tipo subjetivo	229
20.5. Consumação e tentativa	230
20.6. Classificação doutrinária	230
20.7. Decisões judiciais	230
21. Artigo 22 - Evasão de Divisas	233
21.1. Objeto jurídico	233
21.2. Sujeitos do crime	234
21.3 Tipo objetivo	234
21.3.1 Condutas	234
21.3.2 Elementos normativos	236
21.3.3. Objeto material	237
21.4.Tipo subjetivo	237
21.5. Consumação e tentativa	238
21.6. Classificação doutrinária	239
21.7. Síntese conclusiva	239
21.8. Decisões judiciais	240
22. Artigo 23 - Prevaricação contra o Sistema Financeiro Nacional	249
22.1. Objeto jurídico	249
22.2 Sujeitos do crime	250
22.3 Tipo objetivo	250

22.3.1 Condutas	250
22.3.2 Elementos normativos	250
22.3.3 Objeto material	251
22.4 Tipo subjetivo	251
22.5 Consumação e tentativa	252
22.6 Classificação doutrinária	252
PARTE V - ASPECTOS PROCESSUAIS	253
1. Competência; Ação Penal; Assistência do Ofendido e Sigilo	253
1.1. Competência	253
1.2. Ação penal	253
1.3. Assistentes do Ministério Público	254
1.4. Sigilo das operações financeiras	254
1.5. Decisões judiciais	255
2. Artigo 30 - Prisão Preventiva e Fiança	260
2.1. Conceito e pressupostos	260
2.2. Fiança	262
3. Decisões judiciais	263
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	267